



## MP paulista conclui investigações ainda em fevereiro

As investigações para apurar o suposto vazamento de informações no concurso para promotor de justiça, em São Paulo, “devem ser concluídas ainda este mês”, informou o Procurador-Geral de Justiça, Luiz Antônio Guimarães Marrey Filho à revista **Consultor Jurídico**.

As provas foram anuladas e deu-se início ao procedimento investigatório para verificar se houve crime ou ato de improbidade depois que uma candidata alegou que ela, entre outras pessoas, havia obtido informações privilegiadas sobre o teor do exame.

“Esse episódio causou indignação a todos os integrantes do Ministério Público”, afirma Marrey, que não quis adiantar sua opinião sobre os eventuais responsáveis pelo fato. “Ainda estamos na fase de colheita de provas e depoimentos”, afirmou o procurador-geral, cujo mandato se encerra em março.

Os acusados de antecipar as questões a, pelo menos, oito candidatos, são os procuradores Artur Pagliusi Gonzaga e Roberto da Freiria Estevão, segundo a imprensa paulista.

A candidata autora da acusação teria sido beneficiada com as informações vazadas mas, ainda assim, não foi aprovada – o que teria motivado a revelação do conluio.

Roberto Estevão, à época do concurso, era professor do curso preparatório da Fundação Eurípides Soares – localizado em Marília, interior de SP – onde os candidatos acusados eram alunos. Com o escândalo e a anulação do concurso, o procurador foi afastado do curso.

A candidata alega ter feito gravações telefônicas com os colegas de curso e com dois procuradores de Justiça que são professores na fundação.

O conteúdo das gravações já está sendo analisado pelo Ministério Público, que até a última segunda-feira (1/2) já havia tomado o depoimento de cerca de 13 pessoas supostamente envolvidas.

Com o início das investigações, Gonzaga pediu aposentadoria e em seu depoimento na Procuradoria-Geral de Justiça negou qualquer envolvimento com o vazamento de informações.

Os procuradores deverão ser denunciados criminalmente perante o Tribunal de Justiça sob as acusações de prevaricação e violação do sigilo profissional.

### **Date Created**

02/02/2000